



Participação na “Boca do Povo”? *Participation in the People's Mouth*

BRACAGIOLI, Alberto
UFRGS, abracagioli@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo temático: Construção do Conhecimento Agroecológico

Resumo: A ideia força da participação e das metodologias participativas é enfatizada na construção da agroecologia. Desde a década de 1980, mais precisamente a partir da promulgação da Constituição de 1988 a participação passou a tomar força em processos e políticas públicas. As críticas ao difusionismo e os projetos tecnológicos da Revolução Verde com seu caráter linear e autoritário, também trouxe maior ênfase em processos participativos. Depois de algumas décadas de experiência de campo podemos falar de uma pós-participação, demonstrando que algumas concepções mais idealistas demonstraram sua fragilidade e seus limites. Nesta perspectiva o objetivo deste trabalho não é negar a importância de processos participativos, porém demonstrar alguns limites e reverses no uso de processos participativos por ignorarem a diversidade e a heterogeneidade do que chamamos de “povo”.

Palavras-chave: metodologias participativas, educação popular, relevância social, pesquisa e extensão rural

Introdução

O objetivo deste texto é analisar os aspectos e desafios no uso de metodologias participativas na construção da agroecologia. Desde a contribuição freiriana (Freire, 1970; 1992) que remonta às décadas de 1960 e 1970 e a Constituição Federal em 1988, está sendo pretendido no Brasil uma democracia de caráter participativo (Ledur, 2009; Brose, 2010). Esta construção sociopolítica permitiu a criação de Conselhos Gestores em diferentes níveis e a construção agroecológica esteve, desde o início, baseada em processos dialógicos e participativos, acessando assim o conhecimento local, contextual e tácito dos atores sociais.

Apesar de todos os resultados obtidos pelos processos participativos na construção do conhecimento agroecológico existem riscos e desafios no uso destes métodos. Porém, estes reverses nem sempre são devidamente considerados e serão desenvolvidos ao longo da presente abordagem.

A ideia de participação que teve maior hegemonia na década de 1980 está relacionada com uma visão populista de participação (Guivant, 1997). A década de 1990 agregou o conceito de capital social, porém o mesmo teve diferentes concepções sendo difícil de ser operacionalizado (Bourdieu, 1980. Putnam, 2005).



Muitos dos modelos, que foram concebidos, estavam baseados em modelos normativos de interpretação da realidade, com a visão dos capitalistas sociais, comunitaristas ou de concepções de espiral cívica e de auto-organização da sociedade civil. Porém, a realidade é mais complexa e traz consigo a necessidade de interpretar contextos ambíguos e híbridos (Cefai et al., 2001).

Na mesma perspectiva foram desenvolvidas perspectivas localistas, associando a ideia de que as comunidades têm as respostas para todos os seus dilemas. Porém, o local é mediado por diversas fontes de informação, conhecimentos e reflete as relações sociais e de poder constituídas. Por exemplo, quando a dinâmica econômica local tem como preponderância elementos externos, como nos sistemas de integração de aves e suínos, a governabilidade dos atores locais é muito pequena para promoção de processos de desenvolvimento.

Numa escala menor como em oficinas de planejamento comunitário, existe por vezes uma série de aspectos que não são devidamente esclarecidos como: informações sobre as atividades que irão ocorrer, método de trabalho, localização das pessoas no espaço, linguagem técnica do projeto, orçamento, cronograma, entre outras informações essenciais da ação que está sendo preconizada. Pode haver atividades que procuram dar maior horizontalidade, propiciando aproximação com os interesses do grupo, porém dificilmente as relações são simétricas e existem diversas formas de percepção sobre o tema que está sendo abordado.

Estas e outras diferentes dimensões necessitam ser analisadas e gerar um processo reflexivo no uso e concepção das metodologias participativas em projetos e ações voltadas à promoção da agroecologia.

Metodologia

A metodologia utilizada, no presente resumo, está baseada na revisão do material bibliográfico existente. Sendo um campo interdisciplinar, a revisão envolveu a discussão das concepções de métodos participativos e abordagens sobre desenvolvimento, estudos sociais sobre dinâmicas de grupo e processos grupais. O processo de busca envolveu o uso do Google Acadêmico, Portal de Periódicos Capes/Mec, Lume UFRGS e a página da FAO (<https://www.fao.org/home/es/>). Este trabalho envolveu revisar trabalhos que da década de 1960 até estudos contemporâneos. A maior parte dos trabalhos consultados estão listados nas referências deste artigo.

Parte das percepções elaboradas envolve também a trajetória do autor com décadas de trabalho de docência e atividades à campo com metodologias participativas. A disciplina prática e teórica ministrada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) denominada DER 354-Construção do Conhecimento e Uso de métodos participativos também esteve



na base para as discussões aqui desenvolvidas. Durante o transcurso desta disciplina foram discutidas diferentes abordagens teóricas e realizadas oficinas com organizações e movimentos sociais, tais como: Assentados de Reforma Agrária, Extensionistas da EMATER-ASCAR, Conselho Consultivo do Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos entre outros ambientes e atores sociais.

Resultados e Discussão

Os cenários contemporâneos levam a uma perspectiva de pós-participação (Lavalle, 2011), neste viés a participação não é negada ou excluída dos processos. Porém, novas perspectivas e abordagens são colocadas em andamento produzindo a reflexividade no uso de métodos participativos.

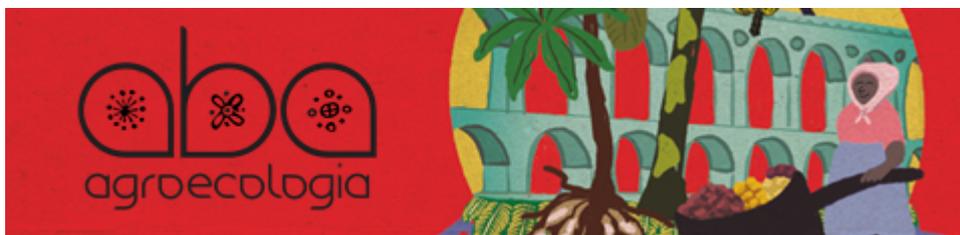
Além da reflexividade no uso de processos participativos é necessário ter presente a dimensão social e historicamente construída, onde pode emergir opiniões e percepções de caráter autoritário e excludente. Assim é importante trazer para o cenário de construção a dimensão da complexidade e olhares múltiplos, permitindo o cruzamento de sujeitos dispostos a dialogar, conhecer e transformar algo.

Estas dimensões fazem com que os projetos desenvolvidos tenham possibilidade de rever cronograma, metas e objetivos abandonando a perspectiva top-down em suas abordagens. Quando programa e políticas públicas são desenvolvidas com base nas demandas reais do universo social em questão os resultados tendem a ser mais efetivos e duradouros. Programas de Implantação de Agroecologia que preconizam apenas o uso de um DRP — Diagnóstico Rural Participativo em oito horas de execução transformam um processo em um produto transformando a participação em um mero fetiche metodológico.

As intervenções planejadas estão geralmente baseadas em modelos lineares e mecânicos estabelecendo relação direta entre objetivo, ações e resultados. No entanto, o processo é bem mais complexo, envolvendo a reinterpretação do projeto que está sendo desenvolvido (Long, 2007).

No âmbito das relações grupais existem dimensões que precisam ser analisadas. Para Pichón Riviere (1988) o processo grupal nos leva à percepção de que a aprendizagem e a percepção se constroem no contexto de um campo grupal, articulado com o campo social. Sendo assim, é importante que o grupo desenvolva processos de vínculo e pertencimento para ocorrerem processos de aprendizagem num processo participativo.

O experimento desenvolvido por Stanley Milgram (1974) demonstrou que os participantes tendem a obedecer às ordens da autoridade mesmo quando conflitam com a sua consciência pessoal. Deixando claro a importância de processos de diálogo onde as relações de autoridade não fiquem reificadas e permitam diferentes



concepções sobre o tema em questão. Outros aspectos já foram observados sobre processos grupais com o trabalho de Harvey (1988) chamado de Paradoxo de Abilene, onde a distorção da comunicação e sua interpretação pode levar a decisões equivocadas.

A formação acadêmica predominante é baseada num modelo totalitário ao negar o caráter racional de outras formas de conhecimento que não estão assentadas em sua epistemologia (Santos, 1987). Essa característica impede a integração de outros saberes e outras cosmologias que não estejam alicerçadas nesses princípios. Como resultado, temos profissionais que buscam estabelecer coerência cartesiana e leituras lineares entre ações e resultados (Thornton; Cimadevilla, 2010), que estão mais atentos em coisas e estrutura do que em pessoas (Cernea, 1985).

Por fim, é preciso descolonizar as metodologias romper com uma espécie de “metodolatrias” (Vidal, 2013) que obscurece nossa relação gaguejante com novos saberes e com matrizes epistêmicas que desconhecemos. Assim o objetivo é rastrear o fracasso não no nível do método, mas da epistemologia, demonstrando as insuficiências de determinadas estruturas racionalistas gerando novas práticas e formas de conhecimento.

Conclusões

A partir das reflexões apresentadas, podemos concluir que os cenários contemporâneos demandam uma perspectiva de pós-participação, na qual a participação não é negada, mas sim repensada e complementada por novas abordagens e perspectivas. É fundamental reconhecer a dimensão social e historicamente construída, que pode revelar opiniões autoritárias e excludentes. Nesse sentido, a complexidade e a multiplicidade de olhares devem ser incorporadas nos processos de construção, permitindo o diálogo entre os sujeitos e a transformação efetiva.

Abandonar a abordagem top-down, na qual as decisões são impostas de cima para baixo, é essencial para o desenvolvimento de projetos mais efetivos e duradouros. Ao basear programas e políticas públicas nas demandas reais do contexto social em questão, há uma maior chance de alcançar resultados positivos e sustentáveis. É importante ressaltar que a participação não deve ser reduzida a um mero fetiche metodológico, como ocorre quando se utiliza apenas o Diagnóstico Rural Participativo em um curto espaço de tempo, transformando o processo em um produto.

Portanto, a conclusão é que a reflexividade no uso de métodos participativos, aliada à consideração da dimensão social, ambiental e histórica, e à incorporação da complexidade e dos olhares múltiplos, são elementos essenciais para construir



projetos participativos mais significativos e transformadores, capazes de atender às reais necessidades das comunidades envolvidas. A participação autêntica e efetiva é deve compreender, dialogar e promover mudanças positivas em prol da construção do conhecimento agroecológico e de territórios do bem viver.

Referências

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. Actes de la recherche en Sciences Sociales, v. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_03_35-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso em: 27 maio 2022.

BROSE, M. Da ditadura positivista à democracia participativa: a expansão da participação popular no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010

CEFAÏ, D. et al. Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011

CERNEA, M. M. E. Putting people first: sociological variables in rural development. New York: Oxford University Press, 1985

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P. Comunicação ou extensão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8979/5089>. Acesso em: 27 maio 2022

HARVEY, J. B. The Abilene paradox and other meditations on management. Lexington: Lexington Books, 1988

LAVALLE, Adrian Gurza. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 13-23, 2011.

LEDUR, J. F. Direitos fundamentais sociais: efetivação no âmbito da democracia participativa. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009



LONG, N. Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor. México: El Colegio de San Luis, 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=izsWhgyrz7oC>. Acesso em: 27 maio 2022.

MILGRAM, S. Obedience to authority: an experimental view. London: Tavistock, 1974

PICHÓN-RIVIÉRE, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes.1988

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. E. Usos y abusos del participare. Buenos Aires: INTA, 2010

VIDAL, V. H. M. Excesos de la metodolatría en la investigación supuestamente científica. Horizonte de la Ciencia, El Tambo, v. 3, n. 4, p. 37-42, 2013. Disponível em: <https://revistas.uncp.edu.pe/index.php/horizontedelaciencia/article/view/176/185>. Acesso em: 27 maio 2022.